



CADERNO DE RESPOSTAS

4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL

CONTAG | 2023

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Apresentação

O Governo Federal tem como prioridade ouvir a sociedade civil na construção, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, e assegurar o atendimento às demandas por ela apresentadas.

Nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a participação social foi um método que possibilitou avanços, sobretudo em relação aos direitos das juventudes e de todas as pessoas do campo, da floresta, das águas e das cidades.

Foi também nos governos Lula e Dilma que se iniciaram e consolidaram os marcos mais importantes da trajetória de construção das políticas de e para as juventudes, que passaram nos últimos quatro anos por um período de desarticulação das suas redes e desorganização das dimensões interfederativa e transversal.

Com o propósito de reafirmar o compromisso com os direitos das juventudes brasileiras e fortalecer a relação respeitosa e fundamental com a sociedade civil, o Governo Federal, na terceira gestão do Presidente Lula, recebeu recentemente da Contag o calendário de ações programadas pela entidade para 2023 e o documento "Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo, da Confederação Nacional da Agricultura", sobre o 4º Festival Nacional da Juventude Rural.

Este documento trata de seis pontos centrais, divididos em 35 itens, que foram encaminhados aos ministérios responsáveis pelos temas afins. As demandas foram submetidas a tratativas, negociações e respostas para serem incorporadas às suas ações e políticas do governo, com vistas ao máximo atendimento das reivindicações elencadas.

O processo de encaminhamento e discussão da pauta do 4º Festival Nacional da Juventude Rural foi sistematizado e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, por determinação do Presidente da República. Neste caderno, consolidamos as respostas às demandas apresentadas, buscando reforçar o compromisso deste governo com a participação social na formulação de políticas públicas. Especialmente, neste caso, reafirmando o diálogo permanente com as juventu-

des que atuam na agricultura familiar, provenientes de territórios da reforma agrária e dos povos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de pescadores/as artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco, entre outros.

Apresentamos, enfim, este Caderno de Respostas à pauta do Festival da Juventude Rural 2023 com a finalidade de sistematizar os esforços do Governo Federal no atendimento das demandas apresentadas.

A Secretaria-Geral reafirma sua disposição para um processo permanente de diálogo, negociação e acompanhamento das políticas públicas para as juventudes, de forma a efetivá-las, além de fortalecer a participação social deste segmento no governo. O objetivo é fazer com que esse processo possa resultar em ações que efetivamente melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos setores historicamente mais alijados do processo de desenvolvimento do País.

Márcio Macêdo Costa

Secretaria-Geral da Presidência da República



RESPOSTAS | 4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL | CONTAG

1) DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

PAUTA

1.1 Implementar o Sistema Nacional de Juventude, nas seguintes condições:

- Consolidar a adesão dos estados ao sistema, prestando assistência técnica e suplementação financeira aos estados, e aos municípios;
- Contribuir para a qualificação e ação em rede do Sinajuve em todos os entes da Federação;
- Financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude, estabelecendo formas de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios para a execução das políticas públicas de juventude;
- Garantir a publicidade de informações sobre repasse de recursos para financiamento de políticas públicas de juventude aos conselhos gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.

RESPOSTAS

A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando para:

- a garantia da manutenção do Sistema Nacional da Juventude e também no desenvolvimento de novas ferramentas.
- articulação com Gestores e Gestoras estaduais e municipais.
- a construção de um sistema de formação e capacitação para garantir apoio técnico e a atuação em rede da política de juventude.
- Retomar o Programa Estação Juventude, com parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios para a instalação de equipamentos públicos de referência de políticas públicas de juventude.
- Garantir que todas as formas de parceria estabelecidas serão executadas a partir de editais e chamadas públicas, garantindo a publicidade para o acompanhamento e fiscalização.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>1.2 Criar Grupo de Trabalho Interministerial para atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com participação de movimentos sociais do campo.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA é o principal interlocutor da pauta da juventude rural e responsável pela atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Dessa forma, nossa proposta é que seja recriado o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, dentro do Condraf, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, sendo essa essa instância com competência pela atualização do PNJSR.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.3 Retomar o GT de Juventude no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF</p>	<p>Com a reinstalação do CONDRAF, a proposta é que seja instituído o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, que será o ponto focal para a pauta da juventude rural. (Previsão da primeira reunião ordinária entre os meses de maio ou junho de 2023).</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.4 Criar Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria Nacional de Juventude.</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para que, pela primeira vez na história, a juventude rural tenha um espaço específico dentro da SNJ para transversalizar as políticas construídas na pasta para juventude do campo, da floresta e das águas.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>
<p>1.5 Ampliar o número de assentos no Conselho Nacional de Juventude, para aumentar a representação de diversos segmentos, com reuniões bimestrais ou trimestrais e garantia de condições de participação.</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando na ampliação para 40 (quarenta) assentos para a sociedade civil e 20 (vinte) de representação do Governo. De acordo com o Decreto nº 10.069, de 2019, atualizado este mês pelo Decreto nº 11.470, de 2023, as reuniões em caráter ordinário já são trimestrais.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>1.6 Retomar as Conferências Nacionais da Juventude, com etapas municipais e estaduais em 2024 e nacional em 2025, garantindo a participação da juventude rural em todas as etapas.</p>	<p>A principal prioridade da Secretaria Nacional de Juventude para 2023 é a realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Neste sentido, já há um cronograma em andamento para garantir a realização até o final de 2023. Em maio será publicado o Decreto para a Convocação da Conferência e suas etapas. As etapas municipais estão previstas para acontecer entre junho e agosto, as estaduais entre setembro e outubro e a Nacional até dezembro.</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>
<p>1.7 Criar Programa Nacional de Documentação da Juventude Rural itinerante nas comunidades rurais e assentamentos de todo o País para atender as demandas de jovens - certidões de nascimento, identidade, CPF, carteira de trabalho.</p>	<p>O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) está em processo de reconstrução para sua recriação. Nossa proposta é incluir no programa o atendimento à juventude rural, realizando assim mutirões nos territórios e garantindo o acesso à documentação à juventude rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>1.8 Valorizar e ampliar a participação da CONTAG, com garantia de representação de jovens e mulheres nas Seções Regionais e Seção Nacional Brasileira da Reaf-Mercosul, consolidando-as como espaços de diálogo inclusivos entre representantes de governos e das organizações da agricultura familiar.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar incentiva a participação da CONTAG e todas as organizações representativas nesse espaço. Mas não compete ao MDA definir a composição da delegação da sociedade civil na Reaf-Mercosul.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

2) TRABALHO, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E RENDA

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.1 Acesso à terra e ao crédito;</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. Elas estão concentradas em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário, na pontuação para jovens no processo de seleção de famílias para assentamento da reforma agrária e na criação de um Fomento específico para projetos produtivos dos jovens no âmbito do crédito instalação voltado para assentados da reforma agrária.</p> <p>Propostas em discussão no governo sobre crédito fundiário: - Nova linha de financiamento PNCF JOVEM: Para os jovens rurais até 29 (vinte e nove) anos em todas as regiões. Tal medida permite que os filhos de agricultores familiares, os técnicos oriundos dos cursos de Ciências Agrárias e das Escolas Agrotécnicas, Centros Familiares de Formação por Alternância e similares possam adquirir sua propriedade financiada pelo Programa;</p> <p>- Aumento do limite de financiamento por beneficiário: O aumento do teto de financiamento por beneficiário facilitará o acesso dos jovens rurais nas regiões onde os imóveis são mais caros, sobretudo os mais próximos aos centros urbanos;</p> <p>- Aumento no limite do Patrimônio quando se tratar de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão: O limite do Patrimônio do beneficiário que estiver acessando o PNCF por meio de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão será</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
	<p>elevado. Esta medida facilita a negociação entre co herdeiros e consequentemente a sucessão rural;</p> <p>- Retirada do imóvel de moradia na apuração do limite de patrimônio: Esta medida facilita a negociação entre os herdeiros e consequentemente a sucessão rural e o acesso dos jovens rurais ao PNCF.</p>	
<p>2.1.1 Prever pontuação específica para jovens trabalhadores(as) rurais filhos(as) de agricultores(as) familiares (assentados/as da reforma agrária ou não) e de famílias acampadas no processo de seleção para assentamentos em projetos de reforma agrária;</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, fará um novo decreto sobre a seleção de beneficiários da Reforma Agrária e, neste decreto, a juventude rural estará contemplada com pontuação específica.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.1.2 Criar condições diferenciadas de acesso ao Crédito Fundiário para mulheres chefe de família e juventude rural (idade entre 16 anos - emancipados, e 29 anos) em todo o território nacional, com taxa de juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 50% considerando para fins de enquadramento a renda e patrimônio da linha PNCF Mais.</p>	<p>Não se tem ainda uma especificidade para jovens mulheres, mas como o pacote é específico para juventude rural, já se tem posto a garantia para as jovens mulheres. O que se pretende com a nova linha de financiamento "PNCF Jovem" e com as demais medidas que potencializam o acesso dos jovens ao Programa.</p> <p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. E, parte delas, está concentrada em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.1.3 Pronaf Jovem - com o objetivo de estimular a autonomia financeira e a permanência no campo, propõe-se que a linha de investimentos Crédito Pronaf Jovem (MCR 10,10 e MCR 7,6) seja ajustada para as seguintes condições: teto de financiamento de R\$30mil; risco da União conformes MCR 10-1-23; taxa efetiva de juros de 0,5% ao ano; bônus de adimplência de 40%, para empreendimento localizado na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento Nordeste (Sudene) e de 25% nas demais regiões.</p>	<p>Em maio de 2023 será lançado o novo Plano Safra, no qual estará previsto o acesso ao crédito pelos jovens rurais.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural</p>	<p>Está em negociação uma cota para juventude rural em todas as chamadas públicas de ATER.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.2.1 Incluir nos critérios para a seleção das prestadoras de serviço nas Chamadas Públicas de Ater, pontuação progressiva de acordo com o percentual de presença de mulheres e jovens na equipe técnica;</p>	<p>Está em negociação uma pontuação para juventude rural e mulheres na seleção de prestadoras de serviço de ATER.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>2.2.2 Realizar Chamadas Públicas de Ater específicas para juventude para atendimento dos projetos produtivos para o Pronaf Jovem.</p>	<p>Neste momento, o foco está na cota para a juventude rural nas chamadas públicas. Em um segundo momento poderá ser construída uma proposta de chamada específica para a juventude rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
<p>2.3 Formação Técnica</p>	<p>O Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural (DGAR), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem trabalhado em propostas para solicitação, nos contratos de Ater de, no mínimo, 30% de jovens como estagiários/as para acompanhar e desempenhar atividades monitoradas em conjunto com a equipe técnica prestadora de serviço de assessoria, especialmente jovens comunitários/as. Também de sujeitos que possuam reconhecido conhecimento tradicional, em especial mulheres, para composição da equipe como pessoa contratada.</p>	<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>
	<p>A assessoria de juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar irá dialogar com o Ministério da Educação para construir a retomada da formação técnica.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>
	<p>O Ministério do Turismo disponibiliza, gratuitamente, oferta de cursos de qualificação profissional aos destinos turísticos brasileiros e demais interessados em se qualificar.</p>	<p>Ministério do Turismo</p>

PAUTA

2.3.1 Reeditar o Consórcio Social da Juventude Rural como política permanente de formação técnica e profissional para a atuação da juventude na produção e comercialização de alimentos saudáveis, por meio de parcerias entre governos federal e estaduais e movimentos sociais.

2.4 Trabalho e renda

RESPOSTAS

A assessoria de juventude do MDA irá dialogar com os demais Ministérios envolvidos para construir uma proposta de reedição do Consórcio Social da Juventude Rural.

O Consórcio se tornou uma sub-modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, pelo qual seis programas já existentes voltados para a juventude - Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica - em um único Programa.

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE está iniciando o levantamento de Termo de Referência e documentos anteriores dos Consórcios Sociais da Juventude, para que sejam aperfeiçoados em uma nova edição.

O Ministério do Turismo pretende dar continuidade à implementação do Projeto Experiências de Brasil Rural, que tem como objetivo principal ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, por meio da inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico brasileiro, além de apoiar a formatação e o posicionamento de produtos e roteiros turísticos de experiência no meio rural.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Ministério do Turismo

3) AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>3.1 Implantar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabelecer a tributação progressiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos agrotóxicos, de acordo com a escala de toxidez;• Eliminar a isenção atual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista no Convênio 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);• Destinar a arrecadação dos tributos sobre os agrotóxicos às seguintes ações:<ol style="list-style-type: none">I. Financiar Ater para agricultura sustentável;II. Estimular a pesquisa e produção de bioinsumos;III. Financiar a Pnapo, priorizando projetos produtivos de mulheres e juventude rural;IV. Implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA);V. Promover campanhas educativas continuadas sobre os danos à	<p>O Governo Federal retomou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e esses conselhos apresentaram o PRONARA como prioridade para 2023 .</p>	<p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA

saúde, principalmente nas escolas do campo, tendo a(o) jovem como protagonista;

VI. Realizar cursos técnicos e de graduação em agroecologia, prioritariamente para as mulheres e juventude rural;

VII. Fomentar, apoiar e financiar a criação e ampliação dos bancos e casas de sementes crioulas.

RESPOSTAS

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

3.2 Criar programa permanente de formação de jovens agentes de proteção e conservação ambiental e produção sustentável nas comunidades, integrando os Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em parceria com movimentos sociais, incluindo intercâmbios de saberes com encontros e vivências a partir de atividades econômicas entre as comunidades em diferentes territórios e biomas;

O Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural (DGAR) vem articulando com o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para retomar e fortalecer o Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar (PEAAF), com enfoque na formação de jovens para a gestão ambiental rural de seus territórios e produção sustentável nas comunidades.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

4) SAÚDE

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>4.1.1 Recuperar, fortalecer e ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescente e Jovens;</p>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para firmar parceria, por meio de Convênio, com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, no âmbito da Agenda Jovem Fiocruz, para apoio técnico na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude com enfoque na saúde. Como resultado principal dessa cooperação, teremos a construção de marcos para a formulação de uma Política de Atenção Integral à Saúde dos Jovens.</p> <p>O Ministério da Educação irá instituir Câmara Técnica Assessora para ações integradas voltadas à construção da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de prestar consultoria e assessoramento ao Secretário de Atenção Primária à Saúde em matérias específicas de interesse do Departamento de Gestão do Cuidado Integral com a finalidade de discutir e propor o escopo que dê subsídios para a elaboração da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Portaria e Nota técnica em elaboração).</p>	<p>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</p>

PAUTA

4.1.2 Fortalecer as ações de educação integral em sexualidade para a juventude rural;

RESPOSTAS

O Ministério da Saúde fará o fomento de ações em Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva voltadas para população juvenil. A Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente planeja lançar diretrizes nacionais sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos para adolescentes e jovens, contemplando as especificidades territoriais em parceria com instituições afins ao tema e sociedade civil.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Saúde

4.1.3 Fortalecer as ações no meio rural referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, conforme a Lei N° 13.819, de 26 de abril de 2019, inclusive a criação do Comitê Nacional de implementação da referida política com garantia de participação de entidade representativa da juventude rural;

Ministério da Saúde tem acordo com o fortalecimento da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e está em curso a elaboração de proposta para a recomposição e reestruturação do Comitê que acompanha a referida política, tendo em vista tanto a participação das áreas técnicas da Saúde pertinentes, os demais ministérios e a interlocução com a sociedade civil. É fundamental que esta política seja executada com vistas a atender a populações estratégicas, a exemplo da juventude rural.

Ministério da Saúde

4.1.4 Assegurar na Rede de Atenção Básica e Psicossocial do SUS a contratação de profissionais com especialidade em saúde mental, com atenção especial para o atendimento da juventude das populações do campo, da floresta e das águas.

Os serviços especializados de atenção psicossocial habilitados pelo Departamento de Saúde Mental (DESME/SAES/MS), cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), são compostos por equipes multiprofissionais especializadas estabelecidas pelas normas vigentes. Destaca-se que o DESME/SAES está se organizando em relação a

Ministério da Saúde

investimentos com recursos próprios e programas de Educação Permanente com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), para capacitar os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial nas principais temáticas da assistência e cuidado e, sobretudo nas especificidades das populações e diversidades, contemplando as populações do campo, rural e das águas.

Ratifica-se que o DESME está retomando a expansão e qualificação dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento, bem como leitos de retaguarda em hospital geral, para fortalecimento e consolidação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. O projeto de expansão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como uma das metas implantar serviços nas regiões de saúde com vazios assistenciais.

No que tange à rede de Atenção Primária em Saúde (APS), em 2023, criou-se a Coordenação de Ações Interprofissionais vinculada a estrutura do Departamento de Saúde da Família e Comunidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde que, dentre outras competências, responsabiliza-se pela formulação e monitoramento das ações interprofissionais na APS que encontram-se em curso de reestruturação e pactuação tripartite.

5) EDUCAÇÃO DO CAMPO

PAUTA

5.1 Realizar estudo sobre a situação atual, rearranjo e manutenção das escolas do campo, acompanhado de uma proposta de reforma e construção de novas escolas, com infraestrutura adequada, garantindo transporte escolar seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto;

RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Contratação de consultoria para realização de pesquisa sobre as situações de oferta e funcionamento da educação em escolas públicas localizadas em áreas rurais, realizando cruzamento de dados sobre o desenvolvimento da política nacional de educação em todas suas dimensões, explicitando o atendimento e qualidade da execução das mesmas em relação aos direitos dos povos indígenas, do campo, das águas e das florestas, com produção de relatório analítico e propositivo de ações que contribuam para melhoria e efetividade destas políticas na garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;
- Encaminhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo e PDDE Água (2021 e 2022 entre os meses de maio e junho de 2023);
- Levantamento e discussão com o Ministério sobre construção de escolas.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação

PAUTA

5.2 Incorporar, na Lei Nº 12.960/2014 e na Portaria nº 391/2016, mecanismo que assegure a participação da comunidade onde está localizada a escola na deliberação sobre o fechamento ou não das escolas do campo. Caso a escola seja fechada, que os(as) alunos(as) sejam remanejados, prioritariamente, para outra escola no campo mais próxima;

RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Contratação de consultoria para mapeamento da situação das escolas ativas, paralisadas e fechada para identificação dos fatores que levam a este cenário;
- Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed sobre o marco normativo da Educação do Campo;
- Articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE para a elaboração de orientações para os processos que tratam do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas no âmbito das Secretarias de Educação e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação

PAUTA

5.3 Ajustar e ampliar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), com destaque para:

- a) Recomposição da Comissão Pedagógica Nacional;
- b) Recomposição do Orçamento - R\$ 70 milhões em 2023;
- c) Implementação imediata dos projetos aprovados;
- d) Instalação de comissão para a revisão do Manual do pronea;
- e) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
- f) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
- f) Incluir a previsão de pagamento de despesas de capital - biblioteca, equipamentos eletrônicos, instrumentos e insumos para implementação de campos de pesquisa; e, professores/as, educadores/as e educandos/as dos movimentos sociais e sindicais no acompanhamento aos estudantes no Tempo Universidade e Tempo Comunidade;

RESPOSTAS

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra está encaminhando a revisão do Manual de Operações do Pronea e os ajustes necessários quanto aos valores de financiamento do programa. A pauta da educação no campo foi retomada e as soluções estão sendo construídas de forma coletiva, envolvendo movimentos sociais e sindicais e instituições de ensino.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

PAUTA

5.4 Assegurar, na reforma do Ensino Médio, as diretrizes e princípios da Política Nacional de Educação do campo;

5.5 Incluir nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo critérios de pontuação extra no processo de seleção para os(as) docentes de Escolas do Campo que sejam oriundos da comunidade ou de localidades próximas e estejam familiarizados com as realidades locais;

5.6 Revisar a base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os currículos dos entes subnacionais dela decorrentes para incluir: educação ambiental interdisciplinar e nos temas sobre sexualidade tratar de saúde, consentimento, diversidade, combate à violência, gravidez precoce e outros temas;

RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, tem acompanhado o processo que aponta para necessidade de rediscussão da Reforma do Ensino Médio e no tempo oportuno apresentará suas propostas para inclusão de questões relacionadas a Educação do Campo.

Plano anual de ações estratégicas da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, do Ministério da Educação, em articulação nacional com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed para inserção do perfil dos Licenciados(as) em Educação Indígena, do Campo e Quilombola nos concursos das redes públicas de ensino municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI criou a Coordenação de Educação Ambiental que ajudará a aprofundar os debates e ações sobre educação ambiental.

Além disso, será realizada a Conferência Infância Juvenil de Educação Ambiental em 2024.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação

Ministério da Educação

Ministério da Educação

PAUTA

5.7 Reconhecimento da Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo, que estabelece a articulação dos processos formativos com os diversos modos de trabalho e de vida dos territórios e territorialidades camponesas, com o reconhecimento de seus tempos, espaços, saberes e formas próprias de organização;

5.8 Monitorar a implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação, assegurando a universalização da educação infantil nas escolas do campo para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE, julho de 2024;

RESPOSTAS

O Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 22/2020, que institui as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Superior, reconhece "a Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo", com parecer positivo da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena está em trâmite para homologação do Ministro da Educação.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará

- Articulação com a Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica - SEB para políticas de Educação Infantil do Campo;
- Articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB para acompanhamento desta questão;
- Discussão e proposição para o próximo Plano Nacional de Educação.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação

Ministério da Educação

PAUTA

5.9 Ampliar o acesso de jovens do campo, floresta e águas todos os cursos do Ensino Superior público, considerando as necessidades específicas de quem mora e trabalha no meio rural, por meio do exercício da pedagogia da alternância e da atuação de docentes que conhecem as realidades locais;

5.10 Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria N° 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;

RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Retomada do apoio das Universidades que ofertam os cursos da Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena;
- Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e Fóruns para inserção do perfil do licenciado em Educação do Campo nos concursos públicos.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI tem se empenhado na articulação para ampliação e fortalecimento do Programa Nacional de Bolsas Permanência, garantindo ampliação de reserva de vagas para estudantes camponeses.

Além disso, fará a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid e do Residência Pedagógica.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação

Ministério da Educação

PAUTA

5.10 Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria Nº 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;

5.11 Inserir, na Política de Nacional de Alfabetização, ações de incentivo à redução da evasão escolar, a exemplo da destinação de Bolsas Permanência e iniciativas de promoção da saúde oftalmológica;

5.12 Reforma a grade curricular do Ensino Superior público de cursos correlatos para a inclusão interdisciplinar de discussões sobre transição energética e agroecológica, estimulando o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento tradicional e a produção de conhecimento sobre o tema;

RESPOSTAS

Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar construir parcerias com instituições fomentadoras de pesquisas para criação e ampliação de programas de bolsa de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao público da agricultura familiar, neste sentido, serão construídas ações e entregas que colaboram para a permanência estudantil da juventude rural

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI está em articulação intersetorial e interministerial para assegurar a Educação de Jovens e Adultos do Campo e a Alfabetização de Crianças do Campo e Indígena.

A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior - SESU.

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ministério da Educação

Ministério da Educação

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>5.13 Incluir a obrigatoriedade do Ensino e Pesquisa sobre assistência técnica e produção da agricultura familiar, agroecologia e sistemas agroflorestais na grade curricular dos cursos superiores e técnicos de Agronomia, para ampliar os conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis.</p>	<p>A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior - SESU.</p>	<p>Ministério da Educação</p>

6) CULTURA, ESPORTE E LAZER

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p>6.1 Retomar a política de Pontos de Cultura, com financiamento, por meio de editais, de projetos locais e itinerantes de produção cultural voltados para música, dança, artes plásticas (pintura, desenho e escultura), audiovisual (cinema, rádio e fotografia), artes cênicas e literatura;</p>	<p>Retomada da Política Nacional de Cultura Viva</p> <p>O MinC elaborou uma estratégia para zerar o passivo de prestações de contas de anos anteriores até o final de 2023, vai fomentar 50 Pontões de Cultura, premiar 1 mil Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Leitura, mestres e mestra das culturas populares, ações de diversidade cultural e investir no fomento a projetos continuados de Pontos de Cultura de todo Brasil (via LAB 2).</p>	<p>Ministério da Cultura</p>
<p>6.2 Reeditar o Programa Arca das Letras, desta vez como política permanente para a promoção da leitura, associada a uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, coordenada pelo MEC e executada em parceria com movimentos sociais, editoras, escolas do campo e universidades, com formação de formadores e multiplicadores.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar está estudando lançar programa que resgate a experiência do Arca das Letras mas que também apresente iniciativas que trabalhem a educação e cultura no campo. Essa iniciativa será discutida no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>



